

O RÁDIO E A EDUCAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL (1940-1960)

Flávia Obino Corrêa Werle

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil



Resumo

Este trabalho discute a importância do rádio, no período de 1940 a 1960, como veículo de comunicação e difusão de propostas de modernização do mundo rural e de difusão do ruralismo pedagógico. É um estudo que revisa a história da radiodifusão no país e, com base em fontes documentais, localizadas em arquivos escolares e entrevistas com ex-alunos e ex-professores, apresenta práticas das escolas normais rurais do Rio Grande do Sul que indicam as múltiplas formas de utilização do rádio, articuladamente com a formação de professores. Por fim, discute-se um impresso do governo do Estado, *Boletim de educação rural*, identificando, dentre suas mensagens, o destaque dado ao rádio.

Palavras chave: educação rural, formação de professores, rádio.

THE RADIO AND RURAL EDUCATION IN RIO GRANDE DO SUL (1940-1960)

Abstract

This paper discusses the importance of radio in the period 1940 to 1960 as a vehicle for communication and dissemination of proposals for modernization of the countryside and the rural educational broadcasting. It is a study that reviews the history of broadcasting in the country and, based on documentary sources located in school records, interviews with alumni and former teachers, present practices of rural normal schools of Rio Grande do Sul that indicate multiple forms of using the radio linkage with the training of teachers. Finally it discusses a form of state government, the *Bulletin of rural education* identified among their messages highlighting the radio.

Keywords: rural education, teacher training, radio.

LA RADIO Y LA EDUCACIÓN RURAL EN RIO GRANDE DO SUL (1940-1960)

Resumen

En este trabajo se analiza la importancia de la radio en el período 1940 a 1960 como un vehículo para la comunicación y la difusión de las propuestas para la modernización del campo y la radiodifusión educativa rural. Es un estudio que repasa la historia de la radiodifusión en el país y, con base en fuentes documentales encuentra en los registros de la escuela, entrevistas con antiguos alumnos y antiguos profesores, las prácticas actuales de las escuelas normales rurales de Río Grande do Sul, que indican las múltiples formas de Usando la conexión por radio con la formación de profesores. Por último, se describe una forma de gobierno del Estado, el *Boletín de educación rural*, identificados entre sus mensajes destacando la radio.

Palabras-clave: educación rural, formación del profesorado, la radio.

LA RADIO ET L'ÉDUCATION EN MILIEU RURAL RIO GRANDE DO SUL (1940-1960)

Resumé

Cet article traite de l'importance de la radio dans la période 1940 à 1960 en tant que véhicule de communication et de diffusion des propositions pour la modernisation de la campagne et la diffusion d'enseignement rural. C'est une étude qui examine l'histoire de la radiodiffusion dans le pays et, à partir de sources documentaires situés dans les dossiers scolaires, des entrevues avec des anciens élèves et anciens enseignants, les pratiques actuelles des écoles normales rurales du Rio Grande do Sul qui indiquent de multiples formes de Utilisation de la liaison radio avec la formation des enseignants. Enfin, il traite d'une forme de gouvernement de l'État, le *Bulletin de l'éducation rurale* identifiés parmi leurs messages mettant en évidence la radio.

Mots-clés: éducation en milieu rural, la formation des enseignants, radio.

Introdução

Este estudo focaliza a vinculação do rádio com a educação rural e analisa dados de pesquisa sobre escolas normais rurais. Situa as primeiras iniciativas do rádio no Brasil, sua intenção educativo-cultural, assim como o formato de transposição de concertos, saraus musicais, aulas e conferências que marcaram a programação radiofônica em seus primórdios. Aponta que este caráter, associado aos custos de equipamentos, plasmava a elitização deste veículo de comunicação, que

carecia de programação contínua e sistemática, assim como de profissionalização de seus agentes.

A seguir, discute-se como as escolas normais rurais do Rio Grande do Sul utilizavam, nas décadas de 1940 e 1950, o rádio como estratégia de construção de sua identidade institucional e de comunicação com a comunidade local e com as famílias dos alunos internos. As rádios locais também eram utilizadas por professores e alunos destas escolas como veículo de divulgação de técnicas agropecuárias e de educação rural junto à população do campo. Por fim, se analisa como um impresso mantido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, *Boletim de educação rural*, também incentivava o emprego do rádio como privilegiado veículo de comunicação e de educação das populações rurais.

Aspectos históricos do rádio no Brasil

A radiodifusão no país cumpre um papel na identidade nacional e regional, articula-se ao processo capitalista e torna-se um importante instrumento da indústria cultural brasileira. Os primórdios da história do rádio estão ligados ao desenvolvimento da cultura popular e aos ideais educativos.

Vários foram os experimentos que contribuíram para a radio-difusão. Foram iniciativas que despontaram em várias partes do mundo, como as de Marconi, datadas de 1900, e as realizadas pelo pioneiro gaúcho padre Landel de Moura que, em 1893, em São Paulo, apresentou instrumentos de transmissão radiotelefônicos com fio e sem fio, prevendo, com seus trabalhos, a telegrafia sem fio, a radiotelefonia, a radiodifusão e os satélites de comunicação (Vampré, 1979).

Em 1919, um grupo pioneiro fundou, em Pernambuco, uma sociedade radiofônica e, em 1922, o presidente Epitácio Pessoa utilizou um serviço de rádio-telephonia e telephone alto-falante na Feira-Exposição Mundial organizada para as festas do centenário da Independência, ocasião em que era recepcionado o rei Alberto da Bélgica

e sua comitiva. A Repartição Geral dos Telégrafos solicitara à Westinghouse uma demonstração das possibilidades de transmissão, para o que foi montada uma estação de telefonia no Rio de Janeiro (Federico, 1982), tendo sido irradiado o discurso do presidente da República no momento da inauguração da exposição. Data deste ano, portanto, a instalação de duas emissoras adquiridas pelo governo brasileiro de empresas norte-americanas as quais, instaladas na Feira-Exposição Mundial, foram responsáveis por irradiar o discurso do presidente para Niterói, Petrópolis e São Paulo (Vampré, 1979).

No Brasil, os projetos de comunicação, desde o início, estiveram associados à educação e à cultura da população e não apenas como veículo de comunicação geral ou como estratégia militar, como utilizado em vários países (Federico, 1982).

A estrutura da programação radiofônica foi se organizando progressivamente ao longo das primeiras décadas do século 20 e adquirindo formatos diferentes das então conhecidas e usuais modalidades de formação cultural de interação direta como, por exemplo, palestras e concertos. A utilização do rádio também saiu dos círculos restritos de grupos de radioamadores até atingir um público mais amplo, para o que muito contribuiu a introdução da propaganda no meio radiofônico:

Em 1923 a Western Electric Co. mandou vir dos Estados Unidos duas emissoras, de 500w cada uma, para serem adquiridas pelo governo brasileiro para o serviço telegráfico nacional. Foi na ocasião desta compra que adeptos da radiotelefoneia, os idealistas Roquete Pinto e Henry Moritze (que era diretor do Observatório Nacional), anteviram a potencialidade do veículo como elemento de informação e formação do povo. Tendo em vista a extensão territorial e decorrente impossibilidade de efetivação de um planejamento integrado para projetos educacionais de alcance nacional e a curto prazo aventaram eles a possibilidade de utilização de uma das emissoras com finalidades educativo-culturais. (Federico, 1982, p. 34)

Federico (1982) registra que o advento da radiodifusão brasileira ocorre no início dos anos 1920 (1922-1924), quando amadores e profissionais se reúnem em sociedades chamadas de sociedades de rádio, rádio sociedades e rádio clubes para discutir os avanços da radioeletricidade, da radiotelegrafia, da radiotelefonia. Suas práticas se configuravam mais como de rádio-escutas do que como profissionais capazes de produção cultural associada aos novos aparelhos. É um período de curiosidade pela rádio e pelas possibilidades da comunicação à distância.

A primeira emissora foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em abril de 1923 e que funcionou, inicialmente, com emissões esporádicas (Federico, 1982). Em 1923 é publicada a *Revista do rádio*, que registra a programação radiofônica constituída de notícias de interesse geral, conferências literárias, artísticas e científicas, números infantis, poesias, música vocal e instrumental. Neste mesmo ano é constituída a Sociedade Rádio Educadora Paulista, com objetivos igualmente ligados à educação. Em 1925, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro programava aulas de francês, português, geografia, história do Brasil, higiene, silvicultura, química, história natural e física (Federico, 1982).

Na década de 1920, o índice de analfabetismo alcançava 58% e a extensão territorial era um problema a ser superado para levar educação a todos os cantos do país. Neste contexto, o rádio apresentava-se como uma possibilidade, uma estratégia que poderia contribuir para a elevação do nível intelectual das camadas populares, pelo menos considerando o esforço e as propostas dos pioneiros do rádio.

Diversos códigos de telecomunicações referem a relação da radiofonia com o avanço da educação e da cultura. Nesta linha, situa-se a responsabilidade do rádio frente à comunidade e às crianças, a necessidade de estabelecer critérios ligados à moral e tradição da população, bem como prescrições sobre assuntos políticos, religiosos, casamento, família, crime, drogas, relações sexuais ilícitas, assuntos

públicos controvertidos, além de concursos, prêmios e competições (Federico, 1982).

O plano de Roquette Pinto¹ para a rádio e educação do Brasil incluía:

a) coordenação central e nacional de recursos; b) descentralização quanto à programação respeitando diferentes regiões e localidades; c) apelo a recursos humanos das comunidades; d) participação consciente do povo e das comunidades. (Federico, 1982, p. 42)

A programação de 1927 demonstra que a música popular, o canto executado ao vivo e os conjuntos musicais, além de novidades em discos, marcavam a fase inicial das apresentações radiofônicas. Até a década de 1930, a programação não era contínua e as emissões tinham um caráter “erudito de cunho litero-musical” (Federico, 1982, p. 47). Este caráter era marcado por números musicais instrumentais e vocais eruditos, poesia e literatura, bem como programas de formação e instrução específicos, quase “saraus eletrônicos” o que, associado ao custo dos equipamentos, à necessidade de contribuição às sociedades de rádio e de taxas de contribuição ao governo, imprimia um cunho elitizante ao rádio. Ademais, havia, na programação, conferências e aulas “lidas de cátedra pelos cientistas e personalidades durante três ou quatro horas” (Federico, 1982, p. 47).

¹ Edgar Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro, em 1884, e formou-se em Medicina em 1905. Ao longo da vida, desempenhou atividades de professor de Antropologia e de História Natural, atuou nos campos da eugenia, biologia, etnografia indígena e fisiologia. Sua obra caracteriza-o como educador e homem público, tendo participado da Comissão Rondon, da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia. Foi diretor do Museu Nacional, fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Alberto Venâncio Filho, responsável pelo verbete Edgar Roquette Pinto no *Dicionário de educadores do Brasil*, lembra que Roquette dizia “o ideal é que o cinema e o rádio fossem, no Brasil, escola dos que não têm escola” (Favero, Britto, 1999, p. 157). Vinculou-se ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e, a convite do ministro Gustavo Capanema, foi diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo. Seu nome está ligado à história da radiofonia como veículo de comunicação e promoção cultural no país.

Até os anos 1930 várias emissoras são fundadas em diferentes Estados, mas apenas quando a publicidade é regulamentada, partir de 1932, é que a radiodifusão se amplia e difunde. Com o decreto-lei n. 21.111/1932, o rádio toma novo impulso pela possibilidade de veicular anúncios.

Portanto, foi apenas após a Primeira Grande Guerra que o rádio é introduzido no Brasil. Isso ocorre quando as empresas eletroeletrônicas norte-americanas, em processo de ampliação de mercados, ingressam no país. Nesta época, a radiodifusão se rearticula e se consolida como meio de comunicação e veículo publicitário, pois o governo passa a distribuir concessões de canais a particulares, possibilitando a exploração comercial do rádio.

A radiofonia foi, desde logo, muito utilizada para fins políticos, como divulgação dos feitos de governantes e candidatos e censura de posições divergentes. Conforme Federico (1982), campanhas de Getúlio Vargas e Júlio Prestes, bem como a deposição de Washington Luiz, acontecimentos que marcaram a vida do país, tiveram seu lugar no rádio. O desenvolvimento do rádio no Brasil acontece, inicialmente, associado a um sistema de intervenção política e ideológica. Especialmente no período que compreende o governo de Getúlio Vargas (1930-50), o rádio é utilizado como um instrumento para a consolidação do Brasil enquanto nação:

A força política ficou delineada principalmente na revolução de 1932, marcada pela atuação da Record, que se constituiu na Voz da Revolução e pela imposição da censura do governo federal a todas as emissoras brasileiras, que tinham permissão para mencionar apenas os feitos e avanços das hostes legalistas. Foi confirmada, depois, quando Getúlio, desde os primeiros dias do Estado Novo, utilizou o veículo como elemento da manutenção do poder. (Federico, 1982, p. 57)

Getúlio Vargas, percebendo que o rádio era um meio de comunicação acessível à população e capaz de mobilizar a sociedade,

utilizou-se da radiodifusão criando, em 1935, a *Hora do Brasil*, depois *Voz do Brasil*. A *Hora do Brasil* era um programa de prestação de contas do governo, de divulgação da cultura, música e literatura:

Desde 1930, portanto, desde a implementação do Governo Provisório, vários dispositivos legais surgiram para determinar e disciplinar a radiodifusão, mormente em decorrência das agitações por que o Brasil passava. Foi criado, logo após a revolução de 30, o Departamento Oficial de Propaganda - DOP, que tinha a seu cargo uma seção de rádio que antecedeu a *Hora do Brasil*. Em 10 de julho de 1934, ainda na vigência do Governo Provisório, o DOP foi transformado em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural para o qual Getúlio nomeou como diretor Lourival Fontes, que instituiu *A Voz do Brasil*. Em 1939, com o decreto n. 1.915 de 27 de dezembro, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda que se reportava diretamente à Presidência da República e que substituiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, tendo a seu encargo a fiscalização e censura não só do conteúdo das programações radiofônicas, como as do cinema, teatro e jornais. (Federico, 1982, p. 63)

Com o Estado Novo, a partir do próprio dia de instalação do regime, 10 de novembro de 1937, Getúlio compareceu aos microfones, passando a utilizar o rádio efetivamente em função do seu governo. É marcante do período a forma de expressão muito utilizada nos discursos de Getúlio Vargas ao se referir aos trabalhadores do Brasil (Federico, 1982).

No rádio inexistia profissionalização e os cachês eram ínfimos: “Os únicos a perceberem ordenados fixos eram os *speakers*” (Federico, 1982, p. 54).

Programas de vários gêneros foram sendo criados: transmissões esportivas, corridas de automóvel e partidas de futebol ao vivo. Outro gênero foi iniciado com programas folclórico-sertanejos, trazendo toadas e modinhas populares para a rádio. Em 1931 se iniciaram os programas humorísticos e os programas variados, com música, poesia, enquetes, humor e sátiras. Ademais, compositores populares compunham o repertório musical (Idem, p. 54-56).

Para Federico (Ibid.) a história do rádio no Brasil se organiza em fases, caracterizando o período entre 1935-1954 como aquele em que o popular estava muito presente, um popular muito ligado à noção de público rádio-ouvinte e suas necessidades psicossociais. Essa idéia estava associada à de comunicação de massa, de mecanismos envolvendo produção e consumo, ligados à sociedade industrial que já se evidenciava no início do Estado Novo. Nesta fase, a música e a programação passaram a expressar o estilo de vida urbano, agora em ascensão acelerada.

Na segunda metade dos anos 1930, o caráter recreativo do rádio apresentou grande pujança. Foi um período em que, ao lado da ênfase voltada para a sincretização e homogeneização cultural, para reclamos mercantilizantes e de diversão, outros programas apresentavam um caráter sério, com certo grau informativo e cultural. No final do período 1935-1954,

os elementos da ideologia dominante, do populismo, se destacaram, gerando recorrência entre o movimento que, por um lado, levava o rádio em direção às possibilidades informativo-culturais e criativas, pelo cuidado e apresentação das suas mensagens e, por outro, o atraía inevitavelmente ao fato diverso, ao mosaico noticioso pelo caráter comercial e político, que o levava ao nivelamento. (Federico, 1982, p. 61)

Entretanto, quando a oposição ao governo Vargas recrudescer, no início da década de 1950, o rádio constituiu-se em tribuna popular que acolhia os opositores (Federico, 1982).

Portanto, nas décadas de 1940 e 1950, o rádio se expande com programas de fortalecimento e comunicação do governo, bem como de programas humorísticos, de auditório, radionovelas e radiojornalismo. Essas modalidades de emissão radiofônica tomam impulso e se incrementam, especialmente, com a Segunda Guerra Mundial.

Radiodifusão e a institucionalização: veículo de cultura ou de propaganda do governo

Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) relatam a ambigüidade do relacionamento entre o governo federal e os intelectuais modernistas, quanto a formas de ação orientadas para o grande público - rádio, cinema e música - pois, a ação cultural, eminentemente educativa e formativa, estava confusamente interligada com a mobilização político social e a propaganda propriamente dita.

Relatam, também, a descontinuidade de ação na área de rádio e cinema, ora vinculada à educação, ora a outros ministérios. Já em 1932, o governo provisório havia previsto que o Ministério da Educação devia desempenhar o papel de orientação educacional nos serviços de radiodifusão e o de sistematização da ação governamental na área de cinema educativo, por meio de órgão próprio. Entretanto, o Ministério da Educação sofreu um esvaziamento de sua ação junto ao rádio e ao cinema com a criação, em 1934, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural junto ao Ministério da Justiça. Por outro lado, em 1937, com a reforma do Ministério de Educação e Saúde, o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Instituto Nacional de Cinema são institucionalizados no âmbito do Ministério.

Em 1938, contudo, Gustavo Capanema dirige uma exposição de motivos a Vargas argumentando pela preservação da área de radiodifusão no Ministério da Educação e não no Ministério da Justiça. Afirmava ele:

a radiodifusão escolar [...] é matéria diferente e separada da radiodifusão, meio de publicidade ou de propaganda [...]. É preciso introduzir o rádio em todas as escolas - primárias, secundárias, profissionais, superiores, noturnas e diurnas - e estabelecer através deste poderoso instrumento de difusão certa comunhão espiritual entre os estabelecimentos de ensino. O radio será o único meio de se fazer esta comunhão de espírito, pois [...] tudo concorre a separar e isolar as nossas escolas, que são aqui e ali colméias autônomas, cada qual com uma mentalidade e todas distantes do sentido que nós cá do

centro desejamos imprimir-lhes. (Schwartzman, Bonemy, Costa, 1982, p. 88-89)

Propõe também a criação, no Ministério de Educação e Saúde, de uma estação radiodifusora educativa, que seria entregue a um professor, com a finalidade de caracterizá-la como aparelho de estrita aplicação escolar. E continua:

A hipótese de se transferir esta estação para o Ministério da Justiça não me parece conveniente. Antes do mais porque este ministério não precisa dele. O Ministério da Justiça precisa, sim, de todas as estações radiodifusoras existentes no país, durante o dia e durante a noite. Deve ser fixado em lei o tempo que as estações deverão dar a difusão do departamento de Propaganda, tempo este a ser utilizado parceladamente nos intervalos das irradiações musicais, de tal modo que todos sejam forçados a ouvir os textos mandados pelo governo, do mesmo modo que ouvem os anúncios comerciais [...]. Se, porém, o Ministério da Justiça passar a usar uma determinada estação dia e noite para a sua obra de propaganda, o resultado será fatalmente o seguinte: tal estação não terá nenhum público, pois todo mundo, mesmo os amigos do governo, ligará o aparelho para outras estações. (Schwartzman, Bonemy, Costa, 1982, p. 89)

Estes trechos indicam o quanto a radiodifusão atua como uma força politizadora e divulgadora de idéias, como que o lugar de sua institucionalização e o espaço de sua regulação constituíram-se em disputa dentro do aparelho governamental:

A verdade é que nos anos 50 essa força era concebida, de um lado, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas com o controle sobre a execução dos serviços através do seu órgão, o Departamento de Telégrafos, que verificava condições técnicas e outorgava os indicativos de frequência. De outro, pelo Ministério da Justiça, pois o Departamento Federal de Segurança Pública exercia censura prévia dos programas e aplicava multas e penalidades de outra ordem. Acrescentem-se ainda os demais ministérios, como os do âmbito militar, que tinham as metas de guardar o País e instituir a Segurança Pública, o da Educação, pela instituição de programas

educacionais, o do Trabalho pelo registro dos contratos entre profissionais e empresas. (Federico, 1982, p. 70)

Dessa forma, o rádio foi utilizado como instrumento de propagação, popularização e regulação do projeto nacionalista do governo de Getúlio Vargas, destacando o Serviço de Radiodifusão Educativa, institucionalizado pelo Ministério de Educação e Saúde, em fins da década de 1930, cuja finalidade era integrar a rede escolar, tanto pública, como privada, às propostas governamentais.

O rádio era criticado no discurso do poder religioso. Esse, muito seguidamente, identificava o rádio como um veículo de comunicação que atuava de forma nefasta na formação espiritual dos religiosos e leigos, interferindo de maneira dissipadora e modernizante na formação moral e espiritual. Neste sentido, era necessário que os irmãos formadores das comunidades religiosas vigiassem e controlassem os tipos de programas que, especialmente, os religiosos em formação poderiam assistir, de forma a incentivar a disciplina espiritual. Ao se relacionar os discursos do poder político e religioso, pode-se afirmar que, tanto um, como o outro, almejavam formas de controle para expressar suas representações sobre educação e formação valorativa da comunidade.

Educação no meio rural e a radiodifusão

Estudo realizado por Calazans (1993), discutindo a multiplicidade de projetos e programas governamentais voltados para a educação rural no Brasil, cita que, na década de 1940, surgiram programas patrocinados pelos Ministérios da Agricultura e de Educação e Saúde, dentre eles a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais - Cbar -, cujos objetivos, inspirados pela Unesco, destacavam a importância da educação do homem do campo. Para tanto, a Cbar destacava a necessidade de coordenar vários sistemas de informação e divulgação como cursos rápidos, imprensa, rádio, cinema, semanas ruralistas e clubes agrícolas.

Pesquisa feita no Estado do Paraná, afirma que a política educacional voltada para o combate da ignorância e o acesso da educação básica para as populações rurais, também refletia o que estava estabelecido no plano internacional, associando educação, melhoria das condições de vida em zonas rurais e melhoria da produção:

Essas questões fizeram parte da pauta da Conferência Interamericana sobre os Problemas de Guerra e Paz, ocorrida no México, em fevereiro de 1945, e continuaram como tema, no Seminário de Educação para a América Latina, patrocinado pela Unesco e União Pan-Americana, realizado em Caracas, em 08 de setembro de 1948. No ano de 1958, o projeto maior nº 01 da Unesco, objetivava generalizar e melhorar o ensino primário, especialmente nas áreas rurais; reforçar qualitativamente e quantitativamente o pessoal docente de grau primário, em particular os mestres rurais, mediante formação regular de novos mestres aperfeiçoando os professores em exercício e, ainda formar professores em escolas normais. (Miguel, 2007, p. 95)

Em vários países do mundo, estudos e recomendações da Unesco, voltadas para o meio rural, destacavam a importância dos meios audiovisuais e a utilização de instrumentos de difusão rápida simultânea e de longa distância (Rakotomalala, Khoi, 1981). Nos países em vias de desenvolvimento, com falta de professores, de livros, de locais apropriados para ministrar educação, os meios audiovisuais poderiam prestar grandes serviços, possibilitando a difusão das informações de caráter prático relativas à agricultura, à saúde, ao planejamento familiar e a assuntos ligados ao desenvolvimento comunitário.

Neste aspecto se destacava o rádio, que tem como vantagem o alcance imediato da mensagem e a portabilidade:

Entre os meios de comunicação de massa tradicionais, o rádio manteve uma característica que sempre o distinguiu dos demais: a portabilidade. A invenção do transistor, em 1947, tornou o rádio acessível, de fácil manuseio e preço reduzido. Depois dos anos 60, os aparelhos transistores miniaturizados, portáteis e baratos invadiram o mercado ocidental e assinalaram o início da manifestação do rádio em países do Terceiro Mundo onde, na falta de energia

elétrica, funcionava a bateria. (Bianco, Moreira, 1999, p. 212)

Os meios de grande informação, especialmente o rádio, o ensino por correspondência e o ensino programado eram destacados por possibilitarem a penetração de inovações e da educação em regiões distantes e rarefeitas demograficamente.

Nas décadas de 40 e 50 do século 20 no Brasil, a educação integral de alunos de escolas rurais visava a promover a educação física, intelectual, moral, social, artística e econômica das crianças (Weschenfelder, 2007). A ação da escola deveria estender-se para a comunidade no sentido de modernizar e introduzir novas tecnologias.

Em 1942 ocorre, em Goiânia, a 8ª Conferência Nacional de Educação da Associação Brasileira de Educação, na qual a educação rural foi enfaticamente tratada. As discussões focalizaram as escolas normais rurais, que deveriam ser espaços de aprendizagem pedagógica, de prática agrícola e de manejo de animais, bem como de disseminação de noções de saneamento necessárias às regiões rurais. O professor rural deveria ter conhecimentos de agricultura e enfermagem para ajudar as comunidades em que fosse trabalhar.

Essas escolas deveriam ter grêmios pedagógicos, para a formação de uma mentalidade profissional entre os futuros professores, bem como imprensa escolar, com a colaboração de alunos e professores (Associação, 1944). Deveriam, também, ter círculos de estudos de professores, assinatura de revistas pedagógicas, cursos de aperfeiçoamento, feitos simultaneamente pelo rádio e por correspondência, biblioteca pedagógica, bem como se recomendava a criação de associação de professores em todos os municípios (Associação, 1944). Portanto, a proposta de formação do professor para a zona rural avançava além da proposição de um currículo específico, incentivando práticas complementares de formação e de educação continuada, incluindo o uso de meios de comunicação de massa.

Escolas normais rurais e a utilização do rádio para inserção comunitária

Identidade é um conceito multidimensional, aplicado a vários níveis, desde o individual, na dimensão de construção de subjetividades, até o âmbito de pequenos grupos, nacional e mundial. Se grande parte das vezes a idéia de identidade é utilizada na discussão de características de grandes grupos - identidades nacionais, identidades étnicas - pode também ser empregada para a compreensão dos processos de cunho pessoal e grupal bem mais restritos do que aqueles. É justamente a partir da dimensão mais local do conceito de identidade que se discute a identidade institucional.

As instituições têm identidades em constante construção, reorientadas e perpassadas por ambigüidades e momentos de centramento e descentramento. As escolas normais rurais do Rio Grande do Sul, das décadas de 1940 e 1950, especificamente as mantidas por congregações religiosas católicas masculinas, têm seus processos identitários construídos na articulação de várias dimensões: religiosa, rural, pedagógica, de inserção nas comunidades. Estas escolas funcionavam como internatos e recebiam alunos de diversas regiões do Estado, que voltavam para a casa dos pais apenas ocasionalmente. O projeto de formação do professor católico rural era viabilizado por diferentes estratégias e uma delas era a utilização do rádio.

Em estudos relacionados com as escolas normais rurais do Rio Grande do Sul, tem-se encontrado referências à utilização do rádio (Werle, 2007, 2008). As escolas divulgavam ao vivo festas e comemorações ou informavam sobre eventos futuros. Por meio do rádio, faziam da escola normal rural uma promotora de relações sociais e uma presença nos lares, nas comunidades, ampliando a influência para além do espaço ocupado pelo prédio escolar.

Havia também momentos em que o rádio era utilizado para informar acontecimentos externos importantes aos alunos que, em geral,

freqüentavam a escola em regime de internato e, portanto, tinham seus contatos com a sociedade controlados pela direção dos estabelecimentos de ensino.

Fazia parte da formação dos futuros professores o preparo para situações que exigiam falar em público, desinibir-se, comunicar-se com clareza, de forma a prepararem-se para serem líderes comunitários. Com este objetivo, os alunos das escolas normais rurais faziam palestras, pequenos discursos e treinavam a comunicação com um público mais numeroso, apresentando-se frente aos colegas em eventos na escola. Igualmente, na perspectiva de desinibição e de desenvolvimento cultural, os alunos encenavam peças teatrais, apresentando-se para a comunidade local e de outras cidades vizinhas. Fazia parte da proposta formativa das normais rurais o ensino da música e a aprendizagem de algum instrumento musical.

Os conjuntos musicais e vocais, constituídos por alunos das escolas normais rurais, faziam apresentações sistemáticas no rádio. A Escola Normal Rural La Salle, de Cerro Largo, por exemplo, possuía um conjunto musical. Alguns de seus alunos mantinham um programa dominical na rádio local. Era um programa de música ao vivo levado ao ar todos os domingos, às 11 horas, chamado de *Florilégio musical*:

Durante a semana se preparava o programa pra o domingo seguinte, só que não era gravado, não existia gravação naquele tempo, era tudo direto, tudo ao vivo, então no domingo seguinte se apresentava o que era ensaiado então hoje. Esse programa era muito escutado tinha alunos da região, então ali eram divulgados recados, homenagens de aniversário para os familiares, anunciava onde a gente se apresentava nas comunidades, nas festas, no domingo seguinte ou daqui tal dia...então aqui tinha bastante o costume que é uma característica, das regiões alemãs, o Kerb, então ali tinha essas comunidades fortes na redondeza a gente então como a bandinha era conhecida esses bailes quase sempre eram destinados para a bandinha tocar. Então isso divulgava o colégio, era muito escutado e até hoje ele existe é a cada domingo às 11:00 hs., o mesmo "Florilegio Musical". Ele é domingo de manhã às 11:00hs mas agora eles fazem isto com música gravada, não é

mais ao vivo... Na época também o irmão tinha um coral, dos pequenininhos, um coral misto em voz só que era meninos e rapazes mas era um coral a 4 vozes bem ensaiado, então as vezes no domingo a gente fazia ao vivo as apresentações. (Entrevista com ex-aluno da Escola Normal Rural La Salle)

A articulação com a comunidade realizava-se de diferentes formas, inclusive utilizando espaços no rádio, o que instigava alunos e professores da escola a intervirem ativamente na promoção técnica e cultural da região.

Os professores das escolas normais rurais utilizavam o rádio promovendo programas com informações da área agrícola e zootécnica. Como a extensão rural era prática comum na época e como as escolas normais rurais eram, muitas vezes, centro de inovação e de introdução de novas tecnologias, o rádio era utilizado para informar onde e quando haveria demonstração de plantios e de novas tecnologias. Ou seja, pelo rádio divulgavam-se datas e locais em que seriam feitas demonstrações de plantios por alunos e professores das escolas, momentos em que eram apresentadas modernas tecnologias, demonstrações estas abertas para a observação das comunidades:

Eu me lembro que nós queríamos ensinar os agricultores como se faziam as covas, e adubagem, então um ano nós fizemos bonito assim. Então pelo rádio nós comunicamos: tal dia o aluno, vai ter a oportunidade de mostrar como se faz o plantio, o varredume, coisa e tal, então os alunos iam, então tinha 3 ou 2 que iam naquele tal de agricultor. Que eu me lembre foi mostrar a profundidade das covas, a terra no fundo se separava da terra mais superficial, como é que se misturava, que adubo, tudo isso foi feito. (Entrevista com ex-aluno da Escola Normal Rural La Salle)

Os professores também ocupavam o espaço do rádio para divulgar seus conhecimentos, novas tecnologias e falar de agricultura e zootecnia:

agora me lembro primeiros dois anos que eu me formei eu e meu colega, tiramos meia hora cada semana, nós

fazíamos os programas agrícolas. Cada semana tinha meia hora, só que meia hora é bastante pra preencher. Então ali, colocava um pouco de música. [...] Então se falava sobre plantio em curva de nível. Então se falava sobre capina, ou isso ou aquilo. Então o meu colega que era mais da parte de zootecnia falava sobre higiene na ordenha. Gratuitamente a rádio nos permitiu fazer isso. (Entrevista com ex-professor da Escola Normal Rural La Salle)

As escolas normais rurais, portanto, socializavam inovações da área agrícola e zootécnica utilizando um veículo recente e novo para a época, no qual estavam depositadas expectativas de elevação cultural do povo brasileiro. Ou seja, as escolas normais rurais associavam duplamente sua imagem à inovação, seja por meio do conteúdo tecnologicamente inovador, seja por meio do veículo de divulgação, o rádio. Com isso se aproximavam e se legitimavam junto às comunidades rurais.

Um dos entrevistados, que estudou na Escola Normal Rural de Guaporé e na Escola Normal Rural Murialdo de Ana Rech, afirma que, na escola, a forma de acompanhar os acontecimentos nacionais e as notícias externas era por meio do rádio: “Às vezes ligavam o rádio com o alto-falante. Daí a gente escutava algumas notícias, por exemplo, tipo a Voz do Brasil, ou coisa semelhante”. Assim as escolas normais rurais vinculavam-se à inovação tecnológica e ao clima de nacionalismo da época, por meio da utilização do rádio entre os alunos.

Como afirmamos em outros estudos (Werle, 2007; Werle, Metzler, Brito, Merlo, 2008), as escolas normais rurais no Rio Grande do Sul eram, em geral, freqüentadas por rapazes e mantidas por congregações religiosas masculinas que, a um só tempo, amalhavam candidatos para a vida religiosa e formavam docentes para escolas isoladas rurais de zona de colonização. Estas escolas, em geral, mantinham livros de crônicas nas quais a vida institucional era registrada de forma detalhada. A consulta a estes livros de crônicas atesta que o rádio era também utilizado para acompanhar cerimônias religiosas como, por exemplo, em 1955:

Nos dias 17 a 24 de julho celebrou-se no Rio de Janeiro o 36º Congresso Eucarístico Internacional, o irmão Diretor Celso representou a comunidade, nós outros assistimos as partes essenciais pelos rádios. Dia 29 de julho o irmão Diretor voltou do Congresso eucarístico do Rio de Janeiro, trouxe diversas lembranças daquele magnífico acontecimento para nossa pátria. (Livro de crônicas, Escola Normal Rural La Salle, 1955)

O rádio era utilizado para irradiar festas, para prestar homenagens, como registra este outro trecho de um livro de crônicas, referindo-se a acontecimentos de 1957:

Dia 09, Dia do Padre, às 08:00 hs. todos os alunos assistiram à santa missa nas intenções dos padres da paróquia [...] Dia 11, Dia dos Pais, às 11:15hs. na rádio “Cerro Azul” a UNEC, União dos Estudantes Cerrolarguenses, homenageou aos senhores pais com um programa bem interessante. No dia 21 às 18:00hs. da tarde a escola tomou pela primeira vez sua responsabilidade a hora da Ave Maria, todas as quartas-feiras continuaram com este programa na rádio Cerro Azul. (Livro de crônicas, Escola Normal Rural La Salle, 1957)

No ano de 1959 há também outro tipo de registros da presença da escola nos meios de comunicação:

Ainda durante o mês de maio foram apresentadas algumas comédias pelo corpo cênico da escola sendo bastante aplaudida. O cântico da La Salle, bem como a bandinha da La Salle, brilharam com atraentes programas musicais na rádio Cerro Azul. (Livro de crônicas, Escola Normal Rural La Salle, 1959)

O rádio, portanto, atuava como veículo integrador e divulgador das atividades desenvolvidas em cada escola normal rural. Ou seja, as escolas normais rurais rearticularam sua identidade integrando o rádio como instrumento pedagógico, de captação de públicos, de divulgação de seus objetivos, realizações e de inovação agrícola e zootécnica. Através de espaços cedidos pelas emissoras de rádio, os representantes das

congregações e seus alunos estabeleciam relações com as comunidades rurais, divulgando as atividades escolares, convidando a população para participarem de procissões, feiras e jogos esportivos, realizados tanto nas dependências da escola, como em salões e clubes comunitários.

Em programas radiofônicos apresentavam a história de seus fundadores, além de contribuírem na seleção musical, com músicas populares e religiosas tocadas ou cantadas por bandas e coros de estudantes. As escolas normais rurais utilizavam o rádio como estratégia pedagógica e de inserção na comunidade, o que contribuía para seu reconhecimento na região como estabelecimento identificado com a inovação e articulado comunitariamente.

Boletim da Superintendência do Ensino Rural: impresso que divulgava o rádio

O *Boletim educação rural*² constitui-se num impresso mantido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul nos anos 1950. Tal impresso é uma publicação oficial para professores e orientadores das escolas rurais primárias e escolas normais rurais. Um misto de relatório oficial de atividades no que se refere à educação rural, de informações acerca das ações das escolas e de espaço de orientação pedagógica e agrícola.

Conforme Weschenfelder (2007), o impresso pedagógico desempenhou importante papel na regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica dos professores. No caso do *Boletim educação rural* é possível que tenha desempenhado estas funções o que se identifica,

² Ao todo foram analisados sete volumes de *Educação rural*, boletim da Superintendência do Ensino Rural da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, incluindo os números 1, 2/3, 4/6 do primeiro ano de publicação, 1954; o número 1 do segundo ano 1955; um exemplar sem número de 1956; um exemplar de 1957 e um exemplar de junho de 1958. Os exemplares, impressos na Imprensa Oficial, tem diferenciado volume. O primeiro apresenta 35 páginas e há outros mais volumosos, chegando um deles a contar com 652 páginas. Como este impresso está sendo tratado neste artigo como fonte, não será discriminado nas referências, apenas no corpo do texto.

inclusive, em relação à utilização e valorização da radiofonia na educação.

De maneira geral, este *Boletim* apresenta uma organização em três partes. Inicia com informações, artigos, diversos, segue com um tópico que trata sobre vida rural e finaliza com a seção Educação. Aqui apenas destacam-se os trechos do *Boletim* que se referem ao tema da radiodifusão na educação rural, os quais figuram, em geral, na parte informações, artigos, diversos. Mínimos espaços, entre notícias³ e matérias mais extensas, eram ocupados com pensamentos, mensagens e as mais diversas informações.

Dentre estas, a notícia abaixo transcrita apresenta o panorama nacional da radiodifusão do final da década de 1950, detalhando a diferenciação regional das empresas, o pessoal empregado, o tempo destinado às irradiações:

Das 481 empresas radiodifusoras existentes no país (1956), 189 (60,1%) estão localizadas no Sul, 134 (27,8%), no Leste, 35 (7,3%) no Nordeste, 14 (2,9%) no Centro-Oeste e 1,9% no Norte. Esses dados são segundo os inquéritos realizados pelo Serviço da Estatística da Educação e Cultura. Somente São Paulo contribui com 143 (29,7%) superando todas as regiões fisiográficas. Destas 481 empresas 90 estão situadas nas capitais, destacando-se São Paulo com 14 e o Distrito Federal com 13 e as outras 391 no interior. Para 447 empresas informantes registrou-se um capital aplicado de 784,5 milhões de cruzeiros; 476 empresas possuíam 696 estúdios e 369 auditórios, com uma capacidade de 93.880 lugares. O pessoal empregado por 475 empresas elevava-se a 15.364, sendo 4.039 de administração, 1.179 de redação, 1.359 atores de radioteatro, 1.344 cantores, 340 humoristas, 2.504 locutores e animadores, 1.642 músicos, 97 engenheiros, 1.706 operadores, 467 radiotécnicos e 696 outros artistas e locutores. O tempo empregado nas irradiações de 468 empresas foi de 2.339 horas, sendo 2 mil de cursos, 18 mil de propagandas infanto-juvenis, 30 mil de solenidades cívicas e religiosas, 11 mil de programas femininos, 15 mil de conferências e palestras, 88 mil de comentários e transmissões espor-

³ Tal como jornais estudantis produzidos por alunos de escolas normais rurais (Werle, Brito, Nienov, 2007), os boletins da Superintendência do Ensino Rural tinham suas páginas plenamente ocupadas.

tivas, 14 mil de propaganda política, 32 mil de representações teatrais, 40 mil de divulgação ou programas instrutivos, 124 mil de música clássica, 857 mil de propaganda comercial e 1.378 mil de outros assuntos. Não havendo dados completos atualizados sobre os aparelhos receptores em uso, é estimado o número de cerca de quatro milhões de rádios e de quatrocentos mil televisores. Em 1956, foram registrados no D.T.C., em decorrência de exigência legal, 614.549 aparelhos receptores de rádio. (Boletim, 1958, p. 507)

Verifica-se o expressivo número de músicos e cantores, bem como o número de horas de transmissão dedicadas à representações teatrais, solenidades cívicas, religiosas, conferências e palestras, o que demonstra que, nesta época, eram transpostos para o rádio conteúdos de outras formas de entretenimento e de veiculação de conhecimentos.

Como discutido na seção anterior deste texto, as escolas normais rurais eram instadas a utilizar o rádio como recurso de divulgação de seu trabalho e inserção na comunidade local. O *Boletim* era um instrumento de divulgação do que estas escolas realizavam. É o caso de um programa de responsabilidade da Escola Normal Rural Ildfonso Simões Lopes, de Osório, e a estrutura do programa radiofônico *Sabedoria em marcha*, um tipo de concurso para testar conhecimentos de geografia e história dos estudantes:

Do programa Sabedoria em Marcha podem participar todos os estudantes - de grau médio - desta cidade; A inscrição deverá ser feita com o prof. Diretor do programa; O aluno se inscreverá na disciplina de sua preferência; Um mesmo candidato poderá se inscrever em mais de uma disciplina; As questões a serem formuladas aos candidatos serão elaborados por uma comissão de professores; O candidato inscrito numa disciplina se sujeitará a quatro (4) etapas consecutivas e, para fazer jus ao prêmio pré-estabelecido, deverá responder certo as perguntas referentes às quatro (4) etapas; Cada etapa será constituída de três (3) perguntas; Uma resposta inexata eliminará, automaticamente, o candidato; As questões formuladas versarão sobre o programa (matéria lecionada) da disciplina, na série a que pertencer o candidato; O premio será uma caneta automática; Os casos omissos e respostas duvidosos serão resolvidos pela comissão; O programa Sabedoria em Marcha será realizado, no auditório da

Rádio Osório Ltda. ZYU_63 todos os sábados, das 17 às 17:30 hrs. (Boletim, 1958, p. 455)

Por meio de carta, o superintendente do Ensino Rural, da Secretaria da Educação, presenteia o gerente de uma rádio de Porto Alegre com alguns exemplares do *Boletim educação rural* e sugere a organização de um programa dedicado à radiofonia educacional rural. Sugere, também, que as matérias do *Boletim* poderiam dar o alicerce de conteúdo ao tal programa semanal. Continuava o superintendente do Ensino Rural, em carta cujo título era “rádio-emissoras convidadas a tomar parte na campanha de educação rural”:

Sendo o rádio um instrumento admirável e sem igual de divulgação, de cuja eficácia ninguém mais duvida nos dias presentes, prestaria a sua prestigiosa e popular emissora à campanha de educação rural, em que esta Superintendência, em cumprimento de suas atribuições específicas, próprias e de um dever de incontestável patriotismo, está empenhada a fundo, no Rio Grande do Sul, uma cooperação indiscutivelmente benemérita. (Boletim, 1954, p. 9)

As reações das diferentes rádios do Estado também foram publicadas nos números do *Boletim* como, por exemplo, a primeira resposta do gerente da Rádio Encantado, ZYU-32, Oscar M. Pereira, à sugestão que lhe foi dada pelo superintendente de Ensino Rural, Juvenal José Pinto, informando que iriam divulgar em programas rurais:

É com prazer que acusamos o recebimento de sua amável missiva de 12 do cte., a qual passamos a responder: Já aguardamos a manifestação de V. S. quanto ao envio de tão valiosa cooperação, os boletins de Educação Rural - Como é de vosso conhecimento, a zona do Alto Taquari é essencialmente Agrícola e também se dedica a suinocultura e já com considerável vulto, a criação do gado leiteiro. É-nos, portanto, oportuno, entre outras divulgações que estamos realizando desde a fundação desta emissora, juntarmos a dos sábios ensinamentos contidos em ‘Educação Rural’ nos programas dedicados ao Ruralismo. Resta-nos, portanto, agradecer-lhe a lembrança da bondade de,

entre outras, receber desta Secretaria, exemplares de Educação Rural. (Boletim, 1954, p. 11)

Outro tipo de informação, sugerindo que a educação rural deveria utilizar-se do rádio para cumprir com suas finalidades sociais, registra pedido do superintendente do Ensino Rural para José Mariano de Freitas Beck, secretário de Educação e Cultura, para que fosse considerada a possibilidade de dotar cada uma das unidades educacionais de um receptor de rádio para que, “em determinados horários, na sala de aula ou no pátio de recreio, as emissoras transmitam programas edificadores de educação rural” (Boletim, 1954, p. 11).

Mais adiante, no mesmo volume, também foi publicado o ofício n. 411, de 6 de julho de 1954, no qual o superintendente do Ensino Rural, Juvenal José Pinto, informa a José Mariano de Freitas Beck, secretário de Educação e Cultura, sobre a instalação de aparelhos receptores de rádio em todas as escolas rurais e lhe agradece pelo patrocínio. Registra, ainda, o trabalho feito pelo professor Kurt Walzer, assistente pedagógico da SER, que lhes sugere a criação de uma estação difusora própria.

O *Boletim* contém, inclusive, indicações práticas para concretizar as irradiações de seu conteúdo. Orientações operacionais tanto para o locutor-chefe das rádios associadas, Farroupilha e Difusora de Porto Alegre, como para as atividades do operador e do locutor, tipo de cortina musical, o que falar, detalhando o que poderia ser utilizado na abertura e no encerramento do programa.

Elementos conclusivos

Pela análise documental investigou-se a importância do rádio na prática educativa e comunitária de escolas de formação de professores do Rio Grande do Sul, escolas normais rurais La Salle, de Cerro Largo, Escola Normal da Arquidiocese de Porto Alegre, Escola Normal Rural de Guaporé e Escola Normal Rural Murialdo, de Ana Rech, mantidas ou

administradas por irmãos lassalistas, maristas e de padres josefinos, respectivamente.

Estas escolas foram criadas no início da década de 1940, por meio de convênio com a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, em áreas rurais e, à exceção da Escola da Arquidiocese de Porto Alegre, situavam-se em áreas distantes da capital. Para o alcance dos objetivos formativos das escolas, vários recursos eram utilizados. Um deles era o rádio, tomado tanto como recurso pedagógico utilizado no interior do ambiente escolar, como um instrumento de comunicação com as comunidades rurais.

As escolas normais rurais utilizaram o rádio como veículo de comunicação com as comunidades rurais divulgando suas festividades, comemorações, visitas ilustres, chamando os públicos do campo para participarem de tais eventos ou narrando a grandiosidade, o sucesso e as condições de realização dos mesmos. Por meio do rádio, as escolas cumpriam o papel de instituição comprometida com o desenvolvimento regional, de forma a levar a inovação, modernas tecnologias e formas de manejo para as comunidades rurais. Realizavam cursos e atividades extensionistas em que professores e alunos explicavam as melhores formas de cultivo, trato de animais, conservação da terra, novos métodos de produzir com mais fartura.

O rádio também era um veículo mediante o qual as escolas normais rurais promoviam a cultura local, com música instrumental, canto coral, apresentações teatrais. Mais do que meros programas musicais, tais apresentações tinham uma dimensão formativa característica das escolas normais rurais: capacitar seus alunos para serem líderes comunitários atuantes, articuladores e mobilizadores das comunidades. O rádio era, ademais, um veículo de comunicação dos alunos com suas famílias. Eles mandavam notícias para o lugarejo em que sua família morava e cumprimentavam os pais por ocasião de aniversário. As escolas possuíam rádio, que as colocavam em contato com grandes acontecimentos no mundo.

A análise do *Boletim educação rural*, impresso da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, permitiu identificar a importância do rádio para o desenvolvimento rural. Havia uma convergência de propósitos entre o *Boletim* e as emissoras de rádio que surgiam no Rio Grande do Sul, embora tais intenções não fossem claramente pronunciadas. O *Boletim* se apresentava para as emissoras como um impresso qualificado, atualizado e com amplas informações sobre a vida e o desenvolvimento rural, possuindo, inclusive, conteúdos instrumentais para que as rádios produzissem programas de rádio acerca do ruralismo. As rádios asseveravam que os *Boletins* proporcionariam apoio importante para a programação e, em vários números, uma programação radiofônica estava registrada.

Conclui-se que as escolas normais rurais utilizaram o rádio como um meio de comunicação das atividades religiosas e escolares, integração e regulação da comunidade local e propagação da missão educativa e evangelizadora das ordens e congregações de confessionalidade católica. Por outro lado, incentivavam os estudantes a participarem do projeto educativo de expansão e valorização da escola normal rural. Embora seja considerado um veículo de comunicação perigoso, os representantes das ordens e congregações de confessionalidade católica procuram utilizar os espaços nas rádios locais para integrar na programação, dissipadora e modernizante, sua missão original: a de evangelização da comunidade.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Anais do oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Goiânia, junho de 1942*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

BIANCHI, Graziela Soares. *Rural vivido e midiaticado: relações simbólicas e sentidos produzidos a partir da escuta dos programas radiofônicos Hora do Chimarrão e Brasil de Norte a Sul por ouvintes das comunidades rurais Linha Batistela, Povoado Coan e Linha Bigolin*. São Leopoldo: Unisinos, 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BIANCO, Nélia R. Del; MOREIRA, Sônia Virgínia. (orgs.). *Rádio no Brasil: tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Uerj; Brasília: UnB, 1999.

BRASIL. Leis, decretos, pareceres. *Decreto n. 21.111*, de 1º de março de 1932. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques, DAMASCENO, Maria Nobre. *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993, p. 15-40.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC, 1999.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação: rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

KLÖCKNER, Luciano; ENDLER, Sérgio Francisco. (org). *Radioativo: o passado, o presente e o futuro da rádio*. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná (1946-1961). In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Unijuí, 2007.

RAKOTOMALALA, Pierre; KHOI, Le Thanh. *A educação no meio rural*. Lisboa: Moraes, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon, BONEMY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: USP, 1984.

WERLE, Flávia Obino Corrêa, BRITO, Lenir Marina de Sá, NIENOV, Gosele. Escola normal rural e seu impresso estudantil. *Educação em Revista*, n. 45, 2007, p. 81-108.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; METZLER, Ana Maria Carvalho; BRITO, Lenir Marina de Sá; MERLO, Cinthia Colao. Um espaço esquecido de formação do professor: a escola normal rural. In: TAMBARA, Elomar, CORSETTI, Berenice. *Instituições escolares de formação de professores no Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2008, p. 63-101.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola normal rural no Rio Grande do Sul: contexto e funcionamento. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Unijuí, 2007, p. 155-196.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A docência e as instituições escolares: pautas de políticas culturais para a educação rural. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Unijuí, 2007.

FLÁVIA OBINO CORRÊA WERLE é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mestrado e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação desde sua criação, em 1994. Desenvolve investigação em temáticas relacionadas a instituições educativas, história da educação, políticas e gestão da educação.

Endereço: Avenida Unisinos, 950 - 93022-000 - São Leopoldo - RS.

E-mail: flaviaw@unisinos.br.

Recebido em 10 de maio de 2011

Aceito em 14 de julho de 2011.